



Autopass S.A.
CNPJ nº 07.140.538/0001-40

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.393	70.919
Aplicações Financeiras	6	13.399	17.349
Caixa restrito	17,2	33.872	36.000
Contas a receber	7	12.548	10.820
Impostos a recuperar	8	2.510	1.926
Outros créditos	8	9.145	23.948
Despesas antecipadas	9	1.399	1.963
Total do Ativo Circulante		163.266	162.925
Não Circulante			
Impostos diferidos	26	1.107	2.132
Propriedade para Investimento	11	2.871	2.870
Imobilizado	12	47.469	8.420
Intangível	13	101.378	77.845
Total do Ativo		316.090	254.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019		24.945	4.371	48.957	77.273
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	2.955
Constituição de reserva legal	21.b	-	148	-	(148)
Reserva de lucros	21.d	-	-	2.807	(2.807)
Outros ajustes		-	-	5	5
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		24.945	4.519	51.769	81.233
Prejuízo do exercício		-	-	(19.054)	(19.054)
Aumento de capital social	21.a	28.300	-	-	28.300
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		53.245	4.519	32.715	90.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais)					
--	--	--	--	--	--

1 Contexto operacional: A Autopass S.A. ("Autopass" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.327 - 10º Andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilheteamento, com a autorização e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades. O sistema de bilheteamento da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitan de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itaperaciça da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para a São Paulo Transporte (SPTrans). As operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. Em 24 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a Associação de Apoio e Estudo da Bilheteação e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilheteação Eletrônica da ABASP em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, se tornando o principal contrato da Companhia. Decorrente a este contrato celebrado com a ABASP, nasce o Projeto TOP. Este projeto foi dividido em 2 fases. A primeira fase, QR Code, foi a implementação e comercialização no Sistema de Bilheteamento, bilhetes unitários com a tecnologia QR Code em substituição aos bilhetes em papel edmonson. A segunda fase, Cartão TOP, foi a substituição do cartão BOM para o cartão múltiplo TOP. O cartão TOP é dotado de características e tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilheteamento e acesso a serviços financeiros, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito. **1.1 Impactos Covid-19:** A Companhia está domiciliada no Brasil e dedica-se preponderantemente à gestão de bilheteamento eletrônico de transporte público. Seus negócios foram impactados pela pandemia de COVID-19 e pelas medidas adotadas pelo governo para mitigar a disseminação da doença, com efeito negativo no desempenho financeiro da Companhia durante os anos de 2020 e 2021. Apesar da redução das medidas restritivas para mitigar a propagação do vírus, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 19.054 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (lucro de R\$ 2.955 em 31 de dezembro de 2020). Nesse exercício foi realizado o lançamento do projeto TOP e com isso os custos operacionais foram elevados, passando de R\$ 50.500 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 85.799 em 31 de dezembro de 2021. No entanto, devido à queda da demanda em consequência dos impactos da pandemia, como citado acima, a receita líquida não retornou aos patamares pré-pandemia, obtendo aumento de 18%, passando de R\$ 100.803 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 119.127 em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$ 25.100 (R\$ 62.581). A Companhia possui R\$ 90.393 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, outros ativos de alta liquidez e linhas de crédito não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras. Com a pandemia ainda em curso e com lançamento de projetos importantes (QR Code e TOP) a Companhia apresentou durante o ano de 2021 uma necessidade de caixa. Diante disso, os seus acionistas reforçaram o compromisso com a Companhia aportando R\$ 28.300 de capital social para frente a essa necessidade e dar continuidade em suas atividades. Outro ponto relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia é o aumento da tarifa do contrato vigente com a Associação de Apoio e Estudo da Bilheteação e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP), passando de R\$0,1190 para R\$0,2395 por "catracada". Esse aumento estava previsto para julho de 2021 e não ocorreu decorrente do atraso do governo de São Paulo em cessar as vendas do BOM. Foi divulgado na mídia em 22 de março de 2022 que a comercialização do BOM cessa em 04 de abril de 2022 e consequentemente ocorre o aumento da tarifa da Companhia. Logo, a Administração continua a ter uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para continuar operando e que o pressuposto de continuidade dos negócios permanece apropriado, concluindo não haver incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional, tanto pela absorção dos impactos até aqui observados, como pela recomposição dos desequilíbrios passados e futuros nos contratos que suportam as suas atividades. **2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** Declaração de conformidade, base de elaboração e de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de forma diversa nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31 de dezembro de 2021 e 2020, exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo. Detalhes sobre as políticas contábeis estão detalhadas na nota explicativa nº 3. **3 Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **3.1 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida serviço prestado para seus clientes. As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários. As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilheteamento eletrônico), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas ao resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas - isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte. As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega em domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entrega não é efetivada. **Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
(a) Taxa de conveniência pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas.	Receita proveniente dos pedidos realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/ administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento mediante a liberação do pedido de vale-transporte e pagamento do boleto, em que há a emissão de NFS-e simultaneamente de maneira automática.
(b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais;	Receitas provenientes da taxa de utilização do cartão intermunicipal nos ônibus municipais e intermunicipais de créditos de vale-transporte.	Reconhecimento ocorre por meio da utilização do usuário do crédito de vale-transporte que é chamada de "catracada".
(c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;	Receita de comissão sobre a venda de crédito "Bilhete Único", no qual a Autopass é Credenciada.	Reconhecimento mensal, pelo mapeamento de toda venda efetuada em que a cobrança de uma taxa de comissão.
(e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;	A operação de taxa 2ª via, refere-se a cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda, ou furto.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(f) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.	Receita pela cobrança ao cliente pela entrega do cartão emitido, no domicílio do usuário.	Ocorre o reconhecimento, por meio da entrega do cartão e pagamento do boleto pelo usuário.
(g) Receita oriunda contrato de prestação serviços Consórcio Metropolitano.	Receita referente aos contratos intermunicipais do CMT com as operadoras de ônibus, no qual recebe % sobre o total transportado.	Reconhecimento, por meio do fechamento mensal do total de passageiros transportados, em que a aplicação de % (no qual prevê os custos inerentes na prestação de serviços).

3.2 Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros: a.1 Ativos financeiros: (I) Reconhecimento inicial e mensuração: O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(II) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação. A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o benefício do recebimento de fluxos de caixa contratuais quando pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira; e o funcionamento crítico dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da

Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos financeiros. Os ativos financeiros são avaliados e reportados à Administração do Grupo: • Os ativos financeiros que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia à fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, em relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor que o valor do valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Em dezembro de 2021, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito, considerando informações prospectivas. A Companhia presume que o custo amortizado de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 360 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperada:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente líquido em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa do balanço e o valor da dívida esperada). A Companhia avalia se os ativos financeiros avaliados são os ativos financeiros controlizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado para um título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **a.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros controlizados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **Mensuração subsequente - outros passivos financeiros:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos. • Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **a.3 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **3.4 Ativo imobilizado: (I) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. **(II) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. **(III) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrêns não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benefitárias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.5 Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	23	119.127	100.803
Custo dos produtos vendidos	24	(87.858)	(50.500)
Lucro bruto		31.269	50.303
Despesas de vendas	24	(27.019)	(46.984)
Despesas gerais e administrativas	24	(11.147)	(3.317)
Outras receitas e despesas, líquidas		1.142	44
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(5.795)	46
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	25	(14.071)	(1.237)
Receitas financeiras	25	3.363	4.116
Resultado financeiro líquido		(10.708)	2.879
Resultado antes dos impostos		(16.463)	2.924
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	1.566	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(1.025)	31
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(19.054)	2.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(19.054)	2.955
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(19.054)	2.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(19.054)	2.955
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		13.712	9.161
Perda sobre baixas do ativo imobilizado		1.987	1.969
Perda sobre baixas do ativo intangível		3.395	-
Provisão de juros de empréstimos e amortização de custos de captação		10.433	-
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		814	(3.376)
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento		-	(2.959)
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		964	380
Encerramentos antecipados de contratos de arrendamento		(3.398)	(767)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		2.591	(31)
Outras transações		3.239	279
		14.880	7.611

Variações nos ativos e passivos:

Contas a receber de clientes	(1.728)	16.196
Impostos a recuperar	(584)	798
Outros créditos e despesas antecipadas	7.252	(8.407)
Depósitos judiciais	-	16
Fornecedores	22.620	13.334
Obrigações tributárias e trabalhistas	311	(3.833)
Bilheteamento eletrônico	27.427	(24.675)
Pagamentos de demandas judiciais	(127)	-
Outras contas a pagar	(2.652)	(7.401)
Adiantamento de clientes	58.447	-
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais		68.326
Impostos pagos sobre o lucro		(134)
Juros pagos	17	(8.677)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		79.636

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	(6.079)
Investimentos em títulos públicos e caixa restrito	6.078	(53.349)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(64.631)	(46.036)
Antecipação de dividendos		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores da Autopass S.A. São Paulo-SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração da receita dos serviços prestados:** Veja a Nota 3.1 e 23 das demonstrações financeiras: **Principais assuntos de auditoria:** O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração das receitas de serviços de bilhetagem que envolve taxas de conveniência pela venda de vale-transporte, taxas de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos as contrapartes, taxas de credenciamento, emissão de cartões e serviços para o consórcio metropolitano de transportes e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como tarifas, taxas de retenção e comissões sobre os diferentes serviços oferecidos pela Companhia para os clientes. A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita, o elevado número de transações de serviços prestados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados ao processo de registro das receitas de serviços. - Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas,

comprovações de recebimento e termos de aceite dos clientes; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à mensuração da receita de prestação de serviço alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente à mensuração da receita de serviço prestado. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos: Contrato Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT"):** Conforme mencionado na Nota nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Raphael Eduardo Pereira da Silva
Contador CRC 1SP242110/O-5

